



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2025
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2025
ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021**

DO PREÂMBULO:

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES/RS, com sede administrativa na Rua 13 de maio - S/N – Centro, na cidade de São Pedro das Missões - RS, CEP-98323-000 - neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **RAFAEL FUMAGALLI E SILVA**, nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **Torna Público** aos interessados, que realiza **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças para manutenção da caçamba do caminhão Cargo 2629, placa IVS-4266, da Prefeitura de São Pedro das Missões/RS.

2. PRAZO DO CONTRATO:

2.1. O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico e justificativas presentes nos autos.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em mesmo sentido, e conforme redação do art. 75, inciso I e II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, são autorizadas contratações de forma direta.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido Niebuhr (2015, p. 123):

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

- a) por dispensa de licitação; ou**
- b) por inexigibilidade de licitação.**

Especificamente, para o caso em tela, o Inc. II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê e possibilita de dispensa de licitação contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº 12.343/2024, para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, a contratação das empresas mencionadas abaixo, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente, representa a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS.

- **ROGERIO FABIANO ZANDONA**, inscrito no CNPJ **06.149.192/0001-89**, com sede na Avenida Brasil, SN, São Pedro das Missões/RS, vencedora do **LOTE 01**;
- **JEAN'S CAR - JEAN BRIZOLLA STEIN**, inscrito no CNPJ **42.258.451/0001-73**, com sede na Avenida Brasil, São Pedro das Missões/RS, vencedora do **LOTE 02**.
- **VANESSA ALVES**, inscrita no CNPJ **43.429.106/0001-18**, com sede na Rua Vinte e Um de Abril, São Pedro das Missões/RS, vencedora do **LOTE 03**;

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação se faz necessária para a realização da manutenção da caçamba do caminhão Cargo 2629, placa IVS-4266, pertencente à frota da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS. O referido veículo é utilizado em diversas atividades operacionais essenciais, tais como transporte de materiais e resíduos sólidos, execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural, sendo imprescindível para o funcionamento adequado dos serviços públicos.

Considerando a necessidade de reparos estruturais na caçamba, incluindo a substituição de peças e a realização de serviços mecânicos, elétricos, de soldagem, pintura e torno, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada para garantir a segurança e a eficiência do veículo. A ausência da devida manutenção compromete a funcionalidade do caminhão, podendo impactar negativamente na continuidade e qualidade dos serviços prestados pelo município.

Além disso, a realização da manutenção preventiva e corretiva visa resguardar o patrimônio público, evitando gastos excessivos com danos mais severos no futuro e prolongando a vida útil do equipamento. A contratação de empresa qualificada assegura que os serviços sejam executados de acordo com as normas técnicas e os padrões de segurança exigidos.

Dessa forma, a presente contratação atende ao interesse público e observa os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos, conforme



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

disposto no artigo 37 da Constituição Federal, garantindo a adequada execução das atividades municipais e o cumprimento das obrigações da administração pública.

5. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

5.1. A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

6. DAS CONTRATADAS

6.1. A contratação das empresas **Rogério Fabiano Zandona, Jean's Car - Jean Brizolla Stein e Vanessa Alves** foram a melhor escolha devido à sua competitividade no processo de seleção, apresentando a melhor relação custo-benefício e garantindo economia para o contratante. Além disso, são empresas localizadas em São Pedro das Missões/RS, o que facilita a logística e reduz custos operacionais. Todas possuem experiência comprovada e especialização nos serviços contratados, assegurando qualidade e eficiência na execução. A regularidade fiscal e jurídica também foi um fator determinante, garantindo que atendessem plenamente aos requisitos do processo de contratação. Dessa forma, a escolha dessas empresas proporciona segurança, qualidade e otimização dos recursos disponíveis.

7. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

7.1. Emitir a ordem de serviço autorizando o início da execução dos trabalhos, especificando os prazos e demais condições estabelecidas no contrato.

7.2. Disponibilizar à contratada todas as informações e especificações técnicas necessárias para a correta execução dos serviços de manutenção da caçamba do caminhão **Cargo 2629, placa IVS-4266**, garantindo a transparência e eficiência na execução contratual.

7.3. Designar um responsável técnico ou fiscal para acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos serviços, assegurando o cumprimento das exigências contratuais e normativas vigentes.

7.4. Realizar a fiscalização contínua dos serviços executados, verificando a conformidade com as normas técnicas, legislação ambiental e exigências de segurança aplicáveis.

7.5. Efetuar o pagamento à contratada conforme os prazos e condições estabelecidos no contrato, condicionando-o à aprovação dos serviços pela fiscalização da Administração.

7.6. Notificar formalmente a contratada sobre eventuais irregularidades, inadequações ou descumprimentos contratuais identificados durante a execução dos serviços, estabelecendo prazo para as devidas correções.

7.7. Assegurar que a contratada tenha acesso ao local de execução dos serviços sempre que necessário, respeitando as normas de segurança e diretrizes administrativas da Prefeitura.

7.8. Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento das obrigações pela contratada, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis ao contrato.

8. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. Executar os serviços de manutenção da caçamba do caminhão Cargo 2629, placa IVS-4266, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no contrato, garantindo qualidade, segurança e eficiência na prestação dos serviços.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

8.2. Fornecer todas as peças e materiais necessários para a execução dos serviços, assegurando que sejam novos, originais e compatíveis com o veículo, salvo quando especificado de outra forma pela Administração.

8.3. Realizar os serviços no prazo estipulado no contrato, sendo de 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviço, garantindo o cumprimento do cronograma estabelecido pela Administração Municipal.

8.4. Responsabilizar-se pela correta destinação dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, observando a legislação ambiental vigente e adotando medidas adequadas para mitigação de impactos ambientais.

8.5. Disponibilizar mão de obra qualificada e especializada para a realização dos serviços, assegurando que os profissionais designados possuam experiência comprovada e, quando aplicável, certificações técnicas exigidas.

8.6. Garantir que todos os procedimentos sejam executados em conformidade com as normas de segurança do trabalho, prevenindo riscos a seus empregados e terceiros, bem como adotando e fiscalizando o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva adequados.

8.7. Permitir e facilitar a fiscalização da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS, fornecendo todas as informações e documentos solicitados para comprovar a regularidade dos serviços executados.

8.8. Assegurar a manutenção e o bom funcionamento da caçamba pelo período de garantia estipulado no contrato, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas ou defeitos identificados sem ônus adicional para a Administração.

8.9. Cumprir integralmente todas as cláusulas contratuais, sob pena de aplicação das sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021** e demais normativas aplicáveis.

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

h) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 15 (Quinze) dias após a emissão da Nota Fiscal e verificada a conformidade do objeto contratado. O pagamento será por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

9.2. Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento susinado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

9.3. A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de São José das Missões/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato e n.º do Processo e da Dispensa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

10. EXECUÇÃO DO OBJETO:

10.1. A Empresa contratada deverá realizar a execução/entrega do objeto, na forma como descrita no Termo de Referência.

11. GESTÃO DO CONTRATO:

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

11.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12. ESTIMATIVA DO PREÇO:

12.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 48.422,00 (quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais).**

Lote	Item	Descrição	Ref.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1.	1.	FERRO RED TREFILADO 60MM	KG	22	R\$38,00	R\$836,00
	2.	FERRO CHATO	UN	20	R\$216,00	R\$4.320,00
	3.	FERRO RED TREFILADO 45,00MM	UN	22	R\$38,00	R\$836,00
	4.	PERFIL NORMAL 2MM 750X3000	UN	04	R\$350,00	R\$1.400,00
	5.	PERFIL NORMAL 3,75MM 300X2000	UN	04	R\$250,00	R\$1.000,00
	6.	PERFIL NORMAL 4,75MM 500X2000	UN	16	R\$375,00	R\$6.000,00
	7.	PERFIL NORMAL 8MM 50X150X50X710	UN	08	425,00	3.400,00
	8.	DISCO DESBASRTE 74	PC	06	R\$18,00	R\$108,00
	9.	DISCO CORTE CLASSIC INOX	PC	30	R\$10,00	R\$300,00
	10.	CORTE PLASMA	UN	01	R\$1.600,00	R\$1.600,00
	11.	PARAFUSO 14X100 C/ POLCA	PC	02	R\$15,00	R\$30,00
	12.	ARRUELA 5/8	PC	04	R\$3,00	R\$12,00
	13.	RETENTOR CUBO TRASEIRO	PC	02	R\$110,00	R\$220,00
	14.	BUCHA PINO DUPLO	PC	02	R\$370,00	R\$740,00
	15.	LANTERNA TR LE COM VIGIA	PC	02	R\$80,00	R\$160,00
	16.	MECANICA E ELETRICA	UN	01	R\$1.000,00	R\$1.000,00
2.	17.	FAIXA REFLETIVAS	UND	16	R\$10,00	R\$160,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

	18.	PINTURA	SRV	01	R\$2.500,00	R\$2.500,00
	19.	MATERIAL PARA PINTURA	UND	01	R\$1.500,00	R\$1.500,00
	20.	SOLDA MIG	HR	280	R\$250,00	R\$17.500,00
3.	21.	MÃO DE OBRA	HR	210	R\$150,00	R\$3.000,00
	22.	SERVIÇO TORNO	HR	250	R\$180,00	R\$1.800,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ 48.422,00 (quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais).						

13. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

13.1 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações.

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13.2 Adotar-se-á para fins de Edital o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para fins de reajuste geral de reposição.

14. DAS SANÇÕES

14.1. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

2028 - Encascalhamento de Estradas

3390.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

3390.30.25.00.00.00 - Material Para Manutenção de Bens Móveis

2027 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

3390.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

3390.30.25.00.00.00 - Material Para Manutenção de Bens Móveis

16. DA PUBLICAÇÃO E DELIBERAÇÃO:

16.1. AUTORIZO a publicação no **site** da municipalidade a presente contratação direta firmada entre o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES/RS** e as empresas

- **ROGERIO FABIANO ZANDONA**, inscrito no CNPJ **06.149.192/0001-89**, com sede na Avenida Brasil, SN, São Pedro das Missões/RS, vencedora do **LOTE 01**;
- **JEAN'S CAR - JEAN BRIZOLLA STEIN**, inscrito no CNPJ **42.258.451/0001-73**, com sede na Avenida Brasil, São Pedro das Missões/RS, vencedora do **LOTE 02**.
- **VANESSA ALVES**, inscrita no CNPJ **43.429.106/0001-18**, com sede na Rua Vinte e Um de Abril, São Pedro das Missões/RS, vencedora do **LOTE 03**;

São Pedro das Missões, 24 de março de 2025.

**Rafael Fumagalli e Silva
Prefeito Municipal**